



Tribunal de Contas da União

# Relatório de Gestão

# 2002



## **Missão**

**Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade.**

## **Visão**

**Ser instituição de excelência no controle e contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública.**

## **Ministros**

Antônio Valmir Campelo Bezerra - Presidente  
Adylson Martins Motta - Vice-Presidente  
Humberto Guimarães Souto  
Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça  
Iram Saraiva  
Walton Alencar Rodrigues  
Guilherme Gracindo Soares Palmeira  
Ubiratan Diniz Aguiar  
Benjamin Zymler

## **Ministros-Substitutos**

Lincoln Magalhães da Rocha  
Augusto Sherman Cavalcanti  
Marcos Bemquerer Costa

## **Ministério Público**

Lucas Rocha Furtado - Procurador-Geral  
Jatir Batista da Cunha - Subprocurador-Geral  
Paulo Soares Bugarin - Subprocurador-Geral  
Ubaldo Alves Caldas - Subprocurador-Geral  
Maria Alzira Ferreira - Procuradora  
Marinus Eduardo De Vries Marsico - Procurador  
Cristina Machado da Costa e Silva - Procuradora



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
Secretaria de Planejamento e Gestão

# **Relatório de Gestão**

## **Exercício de 2002**

BRASÍLIA-DF  
2003

# TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Internet: [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)

Setor de Administração Federal Sul, quadra 4, lote 1  
CEP:70042-900 - Brasília - DF

## Secretário de Planejamento e Gestão

Mauro Giacobbo

## Equipe Técnica

Dione Mary de Cerqueira Barbosa

Francisco Alencar

José de Ribamar R. Siqueira Júnior

Marcone Câmara Brasileiro

Maria Cristina de Albuquerque Jardim Rocha

336.126.55(81)  
B823r  
2003

Brasil. Tribunal de Contas da União.  
Relatório de Gestão: exercício de  
2002. – Brasília: TCU, Secretaria de  
Planejamento e Gestão, 2003.  
39 p.

1. TCU - Relatório de Gestão (2002). I.  
Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Centro de Documentação do TCU.

# SUMÁRIO

---

	Página
<b>1. Apresentação</b> .....	5
<b>2. Controle Externo</b> .....	9
2.1. Ações de controle externo .....	9
2.2. Atendimento ao Congresso Nacional .....	18
2.3. Parcerias .....	21
2.3.1. Controle interno.....	21
2.3.2. Gestores públicos .....	21
2.3.3. Sociedade .....	22
2.3.4. Outras instituições.....	22
<b>3. Gestão de Pessoas</b> .....	25
3.1. Sistema de trabalho, quadro de pessoal e remuneração variável .....	25
3.2. Qualidade de vida no trabalho .....	27
3.3. Política de treinamento e desenvolvimento .....	27
<b>4. Estratégias e Planos</b> .....	29
4.1. Revisão do Plano Estratégico .....	29
4.2. Diretrizes de 2002 .....	30
4.3. Diretrizes para 2003 .....	32
<b>5. Recursos Orçamentários e Financeiros</b> .....	33
5.1. Orçamento de 2002 .....	33
5.2. Proposta orçamentária para 2003 .....	37
5.3. Racionalização de custos administrativos .....	37
<b>6. Tecnologia da Informação</b> .....	38
<b>7. Conclusão</b> .....	39

## QUADROS

### Página

1 – Processos autuados em 2001 e 2002 .....	9
2 – Processos julgados/apreciados .....	10
3 – Condenações e sanções aplicadas .....	11
4 – Atos de pessoal apreciados .....	14
5 – Fluxo de atos de pessoal .....	15
6 – Recursos interpostos X apreciados .....	16
7 – Programas apreciados .....	17
8 – Impacto das auditorias do TCU em programas de governo avaliados... ..	17
9 – Obras fiscalizadas .....	19
10 – Situação das obras fiscalizadas .....	20
11 – Quantitativo de indícios de irregularidades .....	20
12 – Quadro de pessoal do Tribunal .....	26
13 – Metas do TCU em 2002 .....	31
14 – Índice de apreciação de processos definidos no PPA .....	32
15 – Execução orçamentária por natureza da despesa em 2002 .....	34
16 – Execução orçamentária por projeto e atividade em 2002 .....	35
17 – Comparativo da execução orçamentária de 2001 e 2002 .....	36

## GRÁFICOS

1 – Distribuição dos processos julgados/apreciados .....	11
2 – Quantidade de processos de condenação .....	12
3 – Montante das condenações .....	12
4 – Evolução das fiscalizações .....	13
5 – Evolução dos atos de pessoal apreciados .....	15
6 – Processos de denúncia, representação e consulta apreciados .....	16
7 – Fiscalizações demandadas pelo Congresso Nacional .....	19
8 – Percentual de alcance das metas de 2002 .....	31
9 – Evolução do índice PPA .....	32
10 – Execução orçamentária em 2002 .....	34
11 – Comparativo da execução orçamentária 2001 e 2002 .....	36

## 1. Apresentação

---

Senhores Ministros,  
Senhores Ministros-Substitutos,  
Senhor Procurador-Geral,

Apresento a Vossas Excelências o relatório da minha gestão no exercício de 2002, nos termos do art. 28, inciso XLII, do Regimento Interno.

Este relatório registra as principais atividades desenvolvidas pelo Tribunal durante o último ano. Os relatórios de atividades encaminhados trimestralmente ao Congresso Nacional, nos termos do art. 71, § 4º, da Constituição, com distribuição de exemplares aos integrantes deste Plenário, contemplam informações mais detalhadas sobre as atividades do TCU. Neste documento enfatizo as principais ações da gestão de 2002.



*Ministro Humberto Souto*

Reitero que, a tempestividade, a seletividade, a simplificação e a agilização dos métodos de trabalho, o aumento da confiabilidade institucional, o fortalecimento do espírito de equipe, a melhoria da integração, o aumento de produtividade e a valorização dos servidores, bem assim a identificação e a redução de desperdícios e eliminação de retrabalhos, foram os princípios que orientaram minha gestão.

Como resultado das ações de controle destaco a contribuição do TCU para a melhoria da qualidade de serviços públicos prestados à comunidade e a redução de irregularidades na execução de programas de governo, por meio das avaliações e acompanhamento de programas do Governo Federal que envolvem recursos da ordem de R\$ 5,7 bilhões, direcionados para uma população beneficiária de mais de 80 milhões de brasileiros.

No que se refere a auditorias em obras públicas, houve incremento tanto de quantidade e qualidade das fiscalizações realizadas quanto de volume de recursos abrangidos. Assim, em 26.9.2002 entreguei, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, o relatório sintético dos levantamentos de auditorias das 435 obras públicas auditadas, abrangendo 14,3 bilhões de reais, aproximadamente 96% do Orçamento Geral da União (OGU) destinado a obras públicas. Desse total, 166 obras apresentaram indícios de irregularidades graves.

No exercício de 2002, esta Corte obteve alto nível de alcance das metas institucionais, com especial destaque para o aumento de 36 % no número de obras fiscalizadas, incremento de mais de 40% no número de recursos apreciados e de 104% nos quantitativos de atos de admissão e concessão apreciados.

Em 2002, mesmo havendo aumento da carga de trabalho do Tribunal, com autuação de processos 22% superior a registrada em 2001, foi mantida a tendência de diminuição gradual de estoques. O quantitativo de processos julgados ou apreciados no TCU em 2002 superou em 18% o total apreciado em 2001.

Registro, também, que foram realizadas 1.204 fiscalizações, número superior as de 2001 (900 fiscalizações). Desse total de fiscalizações realizadas no exercício, 494 (41%) decorreram de solicitações do Congresso Nacional. Sob o aspecto qualitativo, incentivei a implantação do Projeto de Desenvolvimento Profissional em Auditoria (PDPA), que tem como objetivo consolidar no TCU cultura de auditoria, de forma que sejam incorporadas novas técnicas e padrões aos trabalhos realizados nessa área.

O intercâmbio com organizações fiscalizadoras de outros países foi mantido e permitiu prosseguir com o desenvolvimento de novas tecnologias de controle iniciada em gestões anteriores.

Continuei a dedicar-me, semanalmente, ao noticiário A Voz do Brasil, no qual abordei questões relevantes para informar a sociedade sobre o funcionamento, as competências e os principais resultados das ações do Tribunal, como também para fortalecer sua imagem institucional.

Para a preparação e o desenvolvimento do corpo técnico, visando aumento de produtividade, o Tribunal promoveu 314 eventos de capacitação, com 3.627 vagas, perfazendo carga horária total de 6.378 horas de treinamento. Destaco o curso de Pós-Graduação em Controle Externo, no qual os servidores desenvolverão monografias e trabalhos nas áreas de auditoria governamental, controle externo da regulação, avaliação e análise da gestão pública e a Pós - Graduação em Gestão do Conhecimento, que formará servidores para atuar como catalisadores de futuros projetos institucionais que envolvam práticas de gestão do conhecimento.

No campo da qualidade de vida no ambiente de trabalho, incentivei sempre os responsáveis a buscar meios de integração entre o corpo funcional em todos os campos e, em especial, mediante ações de saúde físico-psico-sociais, como exemplos concretos, a realização da semana do servidor e a cessão de espaço, próximo ao edifício sede, para a Associação dos Servidores do Tribunal de Contas da União (ASTCU) instalar o centro de atividades físicas.

Procurei garantir a continuidade administrativa e a racionalidade na gestão de recursos com a consolidação do Sistema de Planejamento e Gestão do Tribunal. Esse sistema permitiu-me estabelecer prioridades, monitorar o cumprimento das metas institucionais e adotar medidas corretivas, sempre que se tornou imperativo. Para construir visão integrada de futuro para o TCU, submeti, à colaboração dos Senhores Ministros, proposta de revisão do Plano Estratégico do Tribunal para o quinquênio 2003/2007, assim como do Plano de Diretrizes para 2003.

Buscando dotar o TCU de novas fontes de recursos de forma a permitir um crescimento mais acelerado e integrado com as mais modernas técnicas de auditoria e aperfeiçoamento organizacional demos continuidade às tratativas para obter apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Ao encerrar o exercício todas as etapas preliminares à assinatura do contrato haviam sido cumpridas. O Projeto de Apoio à Modernização do TCU é integrado por quatro componentes, a saber, Fiscalização e Controle, Qualidade e Gestão, Valorização do Servidor e Diálogo Público.

O novo Regimento Interno do Tribunal foi aprovado em dezembro último, e entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2003, o que trará maior agilidade aos trabalhos de controle externo, mediante a simplificação e racionalização de procedimentos. O novo regimento é mais uma inestimável colaboração do ilustre Ministro Marcos Vilaça, que emprestou toda a longa experiência de administrador público e de decano desta Corte de Contas para oferecer um texto moderno e adaptado às novas modalidades de controle dos recursos públicos, contemplando ainda inovações processualísticas da maior importância para conferir maior efetividade às ações do Controle Externo.

No campo da tecnologia da informação, o TCU passou a contar com moderna rede de computadores. Novos sistemas eletrônicos foram desenvolvidos para o controle externo. A integração com os sistemas eletrônicos do Governo Federal foi ampliada. Ao mesmo tempo, procedimentos de controle, particularmente na área de fiscalização de despesas de pessoal, foram automatizados.

Este, Senhores Ministros e Senhor Procurador-Geral, é, de forma simplificada, o resumo das nossas atividades durante o ano de 2002, cujos resultados só foram obtidos com a dedicada colaboração de todos os senhores e dos servidores desta Corte.

Brasília, 26 de março de 2003.

**Humberto Guimarães Souto**



## 2. Controle Externo

O desenvolvimento de cultura de desempenho, com ênfase na capacitação do servidor, no seu comprometimento e obtenção de resultados, são fundamentos sobre os quais foram apoiadas as ações de controle externo no ano de 2002.

As mudanças implementadas na estrutura administrativa do TCU e, principalmente, mudanças na forma de trabalhar das unidades do Tribunal resultaram avanços das ações de controle em benefício da sociedade, entre as quais se destacam: a redução de tarifas de serviços públicos concedidos, a correção de preços mínimos de venda de empresas estatais, a melhoria da qualidade de serviços públicos prestados à comunidade, a redução de irregularidades na execução de programas e a melhoria na qualidade dos gastos públicos. Ressaltam-se, nos subitens seguintes, informações sobre as ações de controle externo em 2002.

### 2.1. Ações de controle externo

Em 2002, foram autuados 10.514 processos referentes a matéria de controle externo. O quadro nº 1 detalha o número de processos dessa natureza autuados nos anos de 2001 e 2002.

Quadro nº 1  
Processos autuados em 2001 e 2002

<b>Tipo</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
<i>Acompanhamento</i>	79	85
<i>Atos de admissão</i>	679	1.413
<i>Aposentadoria e reforma</i>	644	699
<i>Consulta</i>	41	26
<i>Declaração de bens e rendas</i>	215	201
<i>Denúncia</i>	161	148
<i>Prestação de contas</i>	618	1.426
<i>Pensão civil</i>	269	181
<i>Pensão militar</i>	69	132
<i>Relatório de auditoria, inspeção e levantamento</i>	658	845
<i>Representação</i>	886	896
<i>Solicitação do Congresso Nacional</i>	108	32
<i>Solicitação</i>	781	531
<i>Tomada de contas</i>	1.393	1.397
<i>Tomada de contas especial</i>	611	911
<i>Cobrança executiva</i>	1.363	1.553
<i>Outros processos<sup>1</sup></i>	21	38
<b>Total</b>	<b>8.596</b>	<b>10.514</b>

<sup>1</sup> Comunicação, contratos e convênios e desestatização.

Em 2002, houve crescimento de 22% no número de autuações de processos, quando comparado a 2001. Contribuíram para este incremento a elevação da autuação de prestações de contas (130%), de atos de admissão (108%) e de auditorias (28%).

Não obstante o aumento da carga de trabalho do Tribunal, foi mantida a tendência de diminuição gradual de estoque de processos. O quantitativo de processos julgados ou apreciados em 2002 superou em 18% o total apreciado em 2001. Contribuíram, em especial, para o incremento verificado em 2002 a apreciação de processos de auditorias, de contas, de admissão de pessoal, bem como o julgamento de recursos.

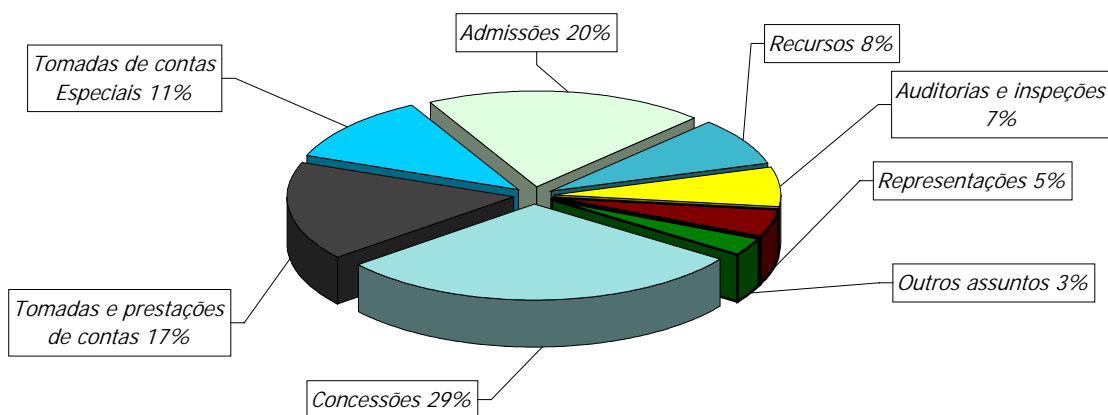
O quadro nº 2 apresenta, por classe de assunto, as quantidades de processos julgados ou apreciados pelo Tribunal em 2002, comparativamente ao exercício de 2001.

Quadro nº 2  
Processos julgados/apreciados

<i>Classe de Assunto</i>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
<i>Levantamentos, inspeções e auditorias</i>	665	949
<i>Tomada e prestação de contas</i>	1.551	2.413
<i>Tomada de contas especial</i>	1.794	1.628
<i>Admissão de pessoal</i>	1.301	2.881
<i>Aposentadorias</i>	4.061	3.166
<i>Pensões civis</i>	902	920
<i>Pensões militares</i>	106	109
<i>Reformas</i>	35	28
<i>Consultas</i>	21	19
<i>Denúncias</i>	98	138
<i>Recursos</i>	854	1.144
<i>Representações</i>	510	695
<i>Administrativos</i>	54	85
<i>Solicitações do Congresso Nacional</i>	67	52
<i>Outros assuntos</i>	153	149
<b>Total</b>	<b>12.172</b>	<b>14.376</b>

O gráfico nº 1, a seguir, mostra o percentual de processos julgados ou apreciados pelo TCU em 2002, por classe de assunto.

Gráfico nº 1  
Distribuição dos processos julgados/apreciados



## Contas

O julgamento de processos de contas em 2002 apresentou elevação de 56% em comparação a 2001, resultado da aplicação de melhorias como a sistemática de diferimento de contas, segundo a qual não ocorre exame detalhado das contas que têm parecer do controle interno pela regularidade, regularidade com ressalva ou manifestação expressa pela aprovação ou aprovação com ressalva. Essas contas são segregadas das demais, diferidas e apreciadas em relação, ao final do prazo legal para julgamento.

Em relação às condenações provenientes de julgamento de contas irregulares, no ano de 2002, foram condenados 1.418 responsáveis ao pagamento de multa e/ou ressarcimento de débito no valor total de R\$ 754.102.940,03, atualizado monetariamente até 31.12.2002. As condenações dos períodos de 2001 e 2002 estão demonstradas no quadro nº 3. Os gráficos nº 2 e nº 3 apresentam as condenações dos períodos de 1999 a 2002.

Quadro nº 3  
Condenações e sanções aplicadas

		Processos	Responsáveis	Valor (em R\$)	Média p/ Resp.
<b>2001</b>	Contas irregulares	1.055	1.170	355.181.307,58	303.573,77
	Outras condenações	85	213	1.543.829,73	7.248,03
	<b>TOTAIS</b>	<b>1.140</b>	<b>1.383</b>	<b>356.725.137,31</b>	-
<b>2002</b>	Contas irregulares	985	1.418	754.102.940,03	531.807,43
	Outras condenações <sup>2</sup>	124	265	2.079.139,21	7.845,81
	<b>TOTAIS</b>	<b>1.109</b>	<b>1.683</b>	<b>756.182.079,24</b>	-

<sup>2</sup> Aplicações de multa em processos de auditorias, representações, denúncias, ou mesmo de contas, quando não resultem em contas julgadas irregulares.

Gráfico nº 2  
Quantidade de processos de  
condenação

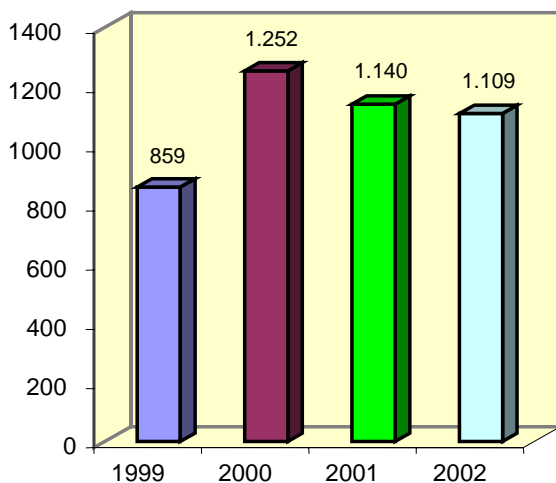
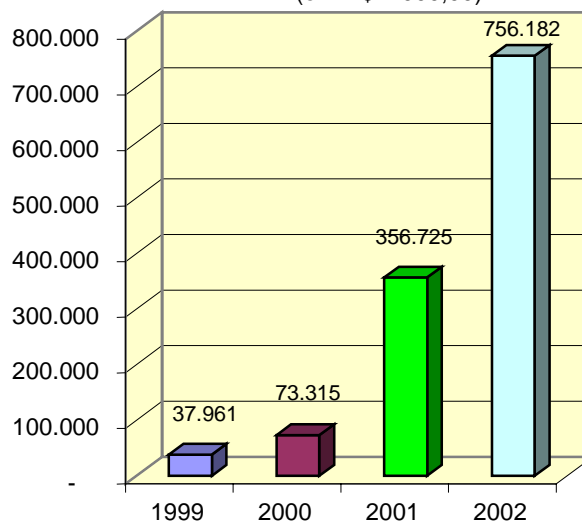


Gráfico nº 3  
Montante das condenações  
(em R\$ 1.000,00)



Com a edição da Decisão Normativa nº 45, de 15.5.2002 (D.O.U. de 20.5.2002), a determinação, nos acórdãos, relativa à inclusão do nome do responsável no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (Cadin) tornou-se desnecessária, uma vez que as providências para tal inclusão passam a ser adotadas no âmbito das unidades técnicas do TCU, independentemente de determinação dos colegiados. Nas aplicações de multa, o próprio Tribunal efetua a inclusão do nome do responsável no Cadin. Quando houver condenação ao pagamento de débito por contas julgadas irregulares, o TCU comunica ao órgão ou entidade a que se vincula originariamente o crédito, ou a seu sucessor, para que inclua o nome do responsável no Cadin.

Foram remetidas ao Ministério Público da União (MPU), para ajuizamento das ações cíveis e penais cabíveis, cópias dos autos de 544 processos, envolvendo 800 responsáveis, nos quais o Tribunal constatou dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico ou desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, conforme prevê o art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992.

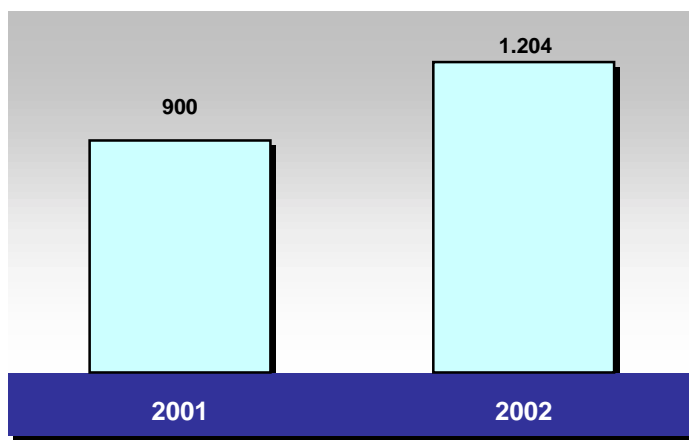
## Fiscalizações

A apreciação de fiscalizações em 2002 aumentou significativamente em relação a 2001, na ordem de 43%. Tal fato decorre, em grande parte, da alocação prioritária de esforços para o exame desses tipos de processo. Como resultado, houve incremento da tempestividade na atuação do TCU, na medida em que falhas e impropriedades detectadas nos trabalhos de auditoria foram submetidas, em menor espaço de tempo, à apreciação conclusiva dos colegiados.

No ano de 2002, foram realizadas 1.204 fiscalizações, número 34% superior às 900 realizadas em 2001. Do total de fiscalizações do exercício, 494 (41%) decorrem de solicitações do Congresso Nacional, percentual bastante próximo àquele verificado em 2001 – 42%. Em termos absolutos, houve elevação de 110 fiscalizações decorrentes de solicitação do Congresso Nacional.

O gráfico nº 4, a seguir, retrata o crescimento do quantitativo de fiscalizações realizadas em 2002, em comparação ao exercício de 2001.

Gráfico nº4  
Evolução das fiscalizações



Um dos tipos de fiscalização exercida pelo TCU abrange o acompanhamento do Programa Nacional de Desestatização (PND), no qual são analisados, entre outros aspectos, a inclusão de empresas no programa de desestatização, a avaliação patrimonial, a fixação de preço mínimo de venda, o leilão e o cumprimento dos compromissos assumidos pelo adquirente.

Um dos principais benefícios, em 2002, da atuação do Tribunal na fiscalização do PND ocorreu com a determinação à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para que promova, na época dos reajustes anuais, a revisão das tarifas de pedágio praticadas nas rodovias federais, com o objetivo de reverter a favor do usuário, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) que vinha sendo cobrado indevidamente pelas concessionárias. Com essa medida, milhares de usuários de rodovias federais pagarão valores menores de pedágio por um ano. A ANTT já revisou e reduziu o preço pretendido para as tarifas de pedágio da Nova Dutra, Ponte Rio-Niterói, rodovias Rio-Teresópolis e Juiz de Fora-Rio.

Ainda com relação à atividade fiscalizadora do Tribunal, destaca-se o benefício financeiro, no valor de R\$ 587 milhões, decorrente do cumprimento pela Secretaria da Receita Federal, de ações fiscais em empresas beneficiárias do Regime Automotivo inadimplentes com as obrigações assumidas, conforme Decisão nº 147/2002 – TCU – Plenário.

Na busca da qualidade dos serviços prestados, iniciou-se o Projeto de Desenvolvimento Profissional em Auditoria (PDPA), que tem como objetivo consolidar, no TCU, cultura de auditoria, de forma que os trabalhos de fiscalização sejam conduzidos com utilização de modernas técnicas e que os relatórios apresentem níveis crescentes de qualidade, tomando como referência instituições públicas e privadas bem conceituadas na área de auditoria.

Assim, durante o ano de 2002, foram elaborados e publicados diversos manuais, roteiros e matrizes que buscaram a melhoria da qualidade das fiscalizações efetuadas pelo Tribunal. Entre os documentos publicados destacam-se:

- matriz de planejamento;
- matriz de achados;
- matriz de responsabilização;
- roteiro de controle de qualidade de auditoria de natureza operacional.

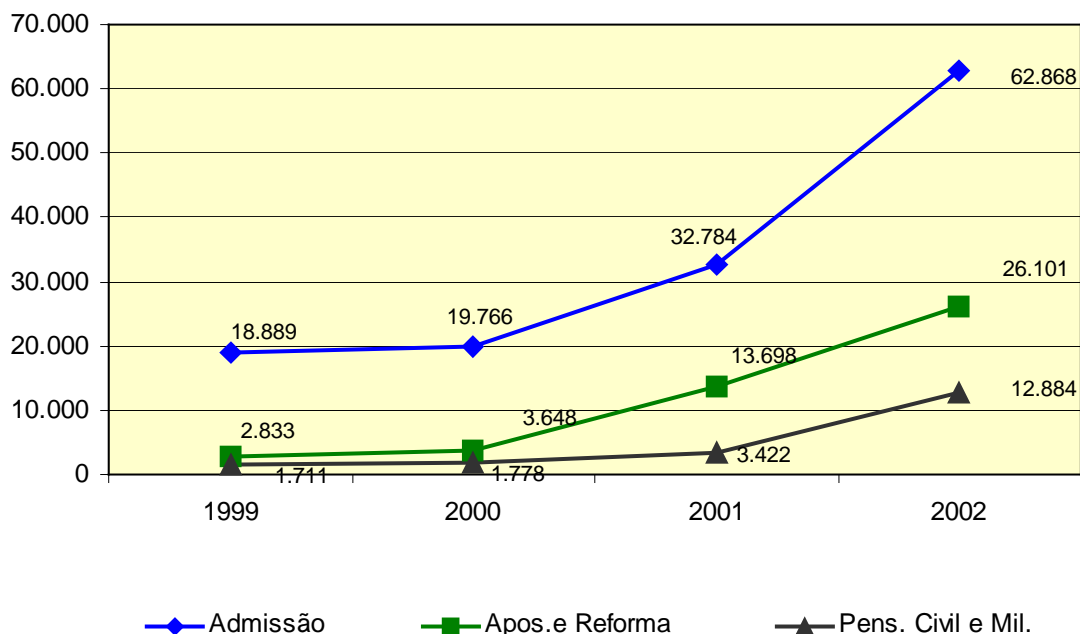
### Atos de admissão e concessão

O incremento de 104%, em relação a 2001, do quantitativo de atos de admissão e concessão apreciados, resultou da utilização da tecnologia da informação em procedimentos de controle na área de fiscalização de despesas de pessoal. O exame dos processos de admissão de pessoal e concessões de aposentadorias, reformas e pensões contribuiu decisivamente para o aumento do número de processos julgados ou apreciados no período. Processos dessa natureza responderam por 49% do total deliberado em 2002. O quadro nº 4 apresenta a evolução do quantitativo de atos de pessoal apreciados nos anos de 2001 e 2002 e o gráfico nº 5 demonstra a evolução no período de 1999 a 2002.

Quadro nº 4  
Atos de pessoal apreciados

<b>Tipo de ato</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
Admissão	32.784	62.868
Aposentadoria e Reforma	13.698	26.101
Pensão Civil e Militar	3.422	12.884
<b>Total</b>	<b>49.904</b>	<b>101.853</b>

Gráfico nº 5  
Evolução dos atos de pessoal apreciados



Vale destacar, entre as muitas vantagens resultantes dos novos procedimentos informatizados, a rapidez na detecção dos atos com indícios de ilegalidade, a priorização da análise dos atos com falhas e irregularidades e o aprimoramento da fiscalização a partir da possibilidade de efetuar-se o cruzamento de informações oriundas de diversas bases de dados.

O quadro nº 5 apresenta o fluxo de atos de pessoal nos anos de 2001 e 2002, no qual pode ser observado o decréscimo no estoque final dos atos dessa natureza, na ordem de 35%.

Quadro nº 5  
Fluxo de atos de pessoal

Ano	Estoque inicial	Entradas	Apreciados	Estoque final
2001	226.302	37.709	49.904	214.107
2002	214.107	25.911	101.853	138.165

## Recursos

A tendência verificada nos últimos anos de tornar mais célere julgamentos definitivos no âmbito do TCU também pode ser observada em processos de recursos. Os 1.142 recursos apreciados em 2002 representam crescimento de mais de 40% em relação a 2001, conforme se verifica no quadro nº 6, a seguir.

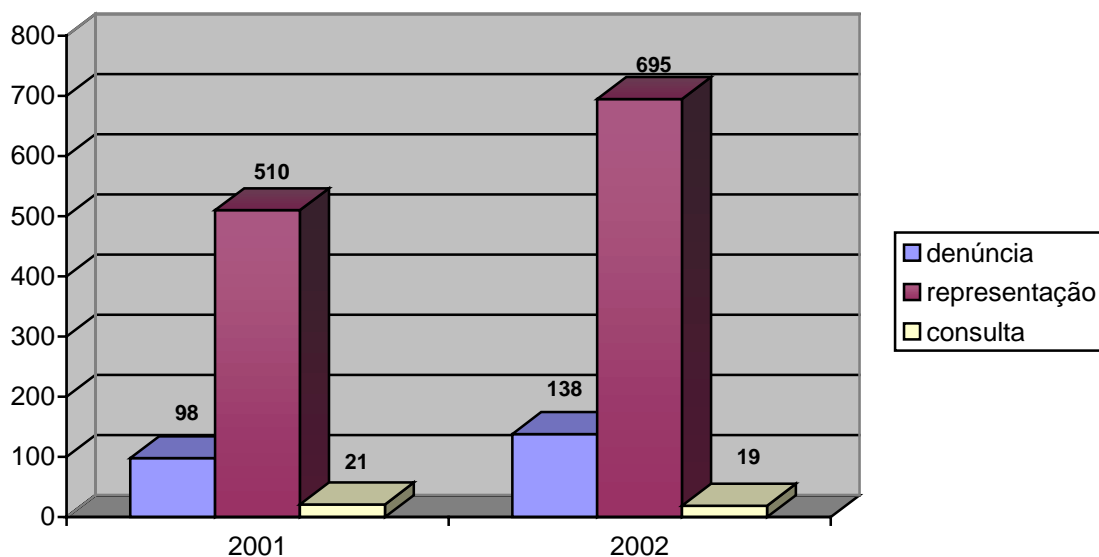
Quadro nº 6  
Recursos interpostos X apreciados

Situações	2001	2002
Interpostos	815	1.272
Apreciados	811	1.142

## Denúncias, representações e consultas

Em 2002, 138 denúncias, 695 representações e 19 consultas foram apreciadas pelo Tribunal, totalizando 852 processos, o que corresponde a aumento de 35% em relação ao ano de 2001. O gráfico nº 6, a seguir, mostra o quantitativo de processos desses tipos apreciados nos anos de 2001 e 2002.

Gráfico nº 6  
Processos de denúncia, representação e consulta apreciados



## Avaliação de programas do governo

Os programas do Governo Federal apreciados pelo Tribunal em 2002 abrangeram recursos da ordem de R\$ 5,7 bilhões, direcionados para uma população beneficiária de mais de 80 milhões de brasileiros. O quadro nº 7 apresenta os principais programas avaliados.

Quadro nº 7  
Programas apreciados

<b>Programa auditado</b>	<b>Recursos fiscalizados (R\$)</b>	<b>População atingida pelo programa</b>
Programa Nacional Biblioteca da Escola	10,1 milhões	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 3 milhões de alunos;</li> <li>▪ 300 mil consultas previstas.</li> </ul>
Programa Nacional Saúde do Escolar	15,1 milhões	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 30.718 escolas;</li> <li>▪ 8,5 milhões de alunos.</li> </ul>
Programa de Irrigação e Drenagem	458 milhões	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dado não disponível.</li> </ul>
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	136,3 milhões	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 580.000 crianças assistidas.</li> </ul>
Programa Saúde da Família	970 milhões	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 36 milhões de beneficiários.</li> </ul>
Programa Valorização e Saúde do Idoso	30,8 milhões	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 295 mil idosos.</li> </ul>
Programa do Seguro Desemprego	4,1 bilhões	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 36 milhões de beneficiários.</li> </ul>
Programa de Reestruturação do sistema Penitenciário – Ação: Profissionalização do Preso	3,3 milhões	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 114.593 vagas</li> </ul>

Também em 2002, foram avaliados impactos das implementações das recomendações proferidas pelo TCU em exercícios anteriores, conforme demonstrado no quadro nº 8.

Quadro nº 8  
Impacto das auditorias do TCU em programas de governo avaliados

<b>Auditoria realizada</b>	<b>Percentual de recomendações implementadas</b>	<b>Principais melhorias</b>
FNDE	76%	Redimensionamento dos serviços de informática prestados ao Fundo, o que permitiu redução de despesas entre 1999 e 2001 da ordem de R\$ 4,4 milhões, atribuída à ação do TCU.
Planejamento da aquisição de medicamentos tuberculostáticos	80%	Diminuição do tempo para consolidação dos pedidos de medicamentos dos estados de 32 dias em 1998 para 7 dias em 2001.
Programa de Erradicação do <i>Aedes Aegypti</i>	50%	Descentralização financeira mais equitativa, considerando critérios epidemiológicos, demográficos e geográficos, e eliminações de distorções na determinação do montante financeiro a ser transferido.
Ibama	85%	Melhoria no registro de movimentação de processos com a eliminação de inconsistências em sistemas e melhoria no sistema de cadastramento dos sujeitos passivos da taxa de controle e fiscalização ambiental, automatizado via internet.

Em outubro realizou-se videoconferência com o intuito de orientar equipes de auditoria das secex estaduais acerca dos objetivos e técnicas de avaliação de programas de governo. A iniciativa teve como objetivo integrar os coordenadores das auditorias realizadas nos programas/ações: Alfabetização Solidária, Energia das Pequenas Comunidades e Cadastro Único de Programas

Sociais do Governo Federal e as equipes em 25 estados. Trata-se de nova estratégia na condução desses trabalhos. O evento, viabilizado por intermédio da Rede de Integração e Participação Legislativa (Interlegis), foi realizado nas instalações do Senado Federal e na sede das assembleias estaduais.

Dando continuidade ao projeto TCU - Reino Unido para avaliação de programas, em setembro foi assinado o documento que fixa os termos da 2ª fase do projeto. Consta como objetivo do referido acordo, avaliar programas governamentais e modelos regulatórios de serviços públicos, com foco na redução da desigualdade social no Brasil, contribuindo para maior transparência na prestação de contas do gasto público e fortalecimento do controle social.

## **Contas do governo**

O TCU aprovou, em 11.6.2002, relatório e pareceres prévios das contas do Governo da República referentes ao exercício de 2001. O relator foi o ministro Walton Alencar Rodrigues. Os onze pareceres emitidos revelaram que as contas dos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assim como do Ministério Público da União estavam em condições de serem aprovadas pelo Congresso Nacional. Entretanto, as contas do Poder Executivo mereceram uma série de ressalvas.

O relatório e os pareceres aprovados foram entregues ao, então, presidente do Congresso Nacional, senador Ramez Tebet, em 13.6.2002.

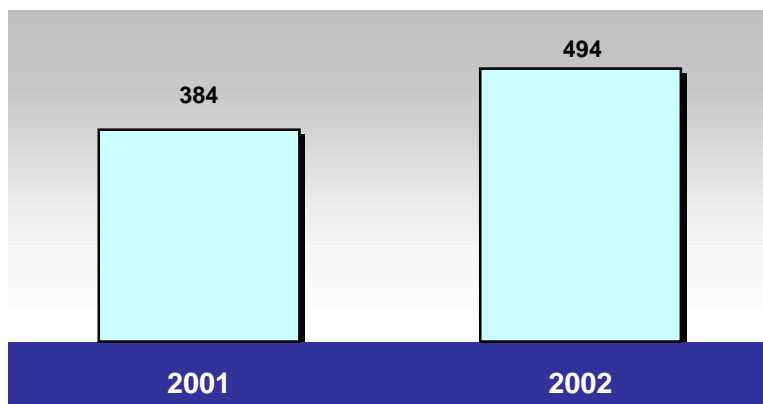
## **2.2. Atendimento ao Congresso Nacional**

Como um dos principais clientes do Tribunal, o Congresso Nacional recebe especial atenção em suas demandas. Todas as suas solicitações têm prioridade absoluta no atendimento. Desde 2001, nos planos do TCU, foi estabelecida como meta priorizar a tempestividade no atendimento a essas demandas.

Durante o ano de 2002, foram encaminhadas ao TCU 66 solicitações provenientes do Congresso Nacional. No mesmo período, o Tribunal apreciou 139 processos de interesse do Parlamento. Ainda no ano, foram designados 6 analistas de controle externo para auxiliar Comissões Parlamentares de Inquérito.

Além do plano de auditoria, é comum o Tribunal realizar inspeções e auditorias extraplano para subsidiar processos e atender a demandas surgidas durante o exercício. No ano de 2002, do total das 1.200 fiscalizações iniciadas, 41% delas originaram-se de demandas do Congresso Nacional. O gráfico nº 7 mostra o total de fiscalizações demandadas pelo Congresso Nacional nos anos de 2001 e de 2002.

Gráfico nº 7  
Fiscalizações demandadas pelo Congresso Nacional



### Fiscalização de obras públicas

No tocante a auditorias em obras públicas, houve incremento tanto de quantidade e de qualidade das fiscalizações realizadas quanto do volume de recursos abrangidos. Assim, em 26.9.2002, foi entregue à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, o relatório sintético dos levantamentos de auditorias das 435 obras públicas auditadas, abrangendo R\$ 14,3 bilhões, aproximadamente 96% do Orçamento Geral da União destinado a obras públicas. Desse total, 166 obras apresentaram indícios de irregularidades graves.

A evolução do número de auditorias realizadas pelo Tribunal em obras, o volume de recursos abrangidos e a situação das obras fiscalizadas estão demonstrados nos quadros a seguir:

Quadro nº 9  
Obras fiscalizadas

Ano	Nº de Fiscalizações	Recursos Anuais em Dotações (em R\$ bilhões)
1997	96	2,20
1998	110	1,97
1999	135	1,75
2000	197	4,29
2001	319	7,51
2002	435	14,30

Quadro nº 10  
Situação das obras fiscalizadas por PTs<sup>3</sup>

<b>Indícios Levantados<sup>4</sup></b>	<b>2001</b>		<b>2002</b>	
	<b>PT</b>	<b>%</b>	<b>PTs</b>	<b>%</b>
<i>Irregularidades graves</i>	121	39,8	166	38,2
<i>Outras irregularidades/falhas, impropriedades</i>	89	29,3	107	24,6
<i>Sem ressalvas</i>	94	30,9	162	37,2
<b>Total</b>	<b>304</b>	<b>100</b>	<b>435</b>	<b>100</b>

A quantidade total de indícios de irregularidades verificados nas obras fiscalizadas em 2002 sofreu expressivo acréscimo – mais que o dobro das ocorrências verificadas no exercício de 2001 – conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 11  
Quantitativo de indícios de irregularidades

<b>Constatações</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>Variação (%)</b>
<i>Indícios de irregularidades graves</i>	253	649	157,0
<i>Indícios de outras irregularidades e falhas/impropriedades</i>	456	899	97,0
<b>Total de Indícios de Irregularidades</b>	<b>709</b>	<b>1.548</b>	<b>118,0</b>

A grande variação entre os números apresentados nos anos de 2001 e 2002 explica-se, basicamente, pelo aumento no número de obras fiscalizadas – em torno de 36%.

Os indícios de irregularidades graves mais recorrentes, perfazendo 83% do total observado para esta classificação, referem-se a: celebração/administração irregular de contratos; irregularidades no processo licitatório; superfaturamento; sobrepreço; celebração/execução irregular de convênios; alterações indevidas de projetos e especificações.

<sup>3</sup> Programas de Trabalho.

<sup>4</sup> Indícios de irregularidades graves: são aqueles que ensejam proposta de audiência ou citação do responsável. Indícios de outras irregularidades: constatações que, não sendo suficientemente graves para serem enquadradas na situação anterior, demandem a determinação de medidas corretivas imediatas. Indícios de falhas e impropriedades: compreendem as outras constatações, consideradas de natureza formal.

## **2.3. Parcerias**

### **2.3.1. Controle interno**

Buscando otimizar esforços para execução das ações de controle, foram realizados encontros com órgãos setoriais do sistema de controle interno do Executivo.

Um desses encontros, foi a reunião de técnicos da 3ª Secretaria de Controle Externo e da Secretaria de Fiscalização de Pessoal com dirigentes e servidores dos órgãos setoriais de controle interno dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa e dos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, para discussão de temas relativos ao cumprimento das instruções normativas expedidas pelo TCU, à constituição de tomadas e prestações de contas e às falhas e irregularidade detectadas com maior frequência na gestão de recursos públicos.

Na oportunidade, foi apresentada a nova sistemática adotada para recebimento, exame e registro de atos de admissão de pessoal e de concessão de pensões, reformas e aposentadorias, que permitiu crescimento significativo da quantidade de atos apreciados pelo Tribunal.

### **2.3.2. Gestores públicos**

O Tribunal promoveu algumas ações educativas de orientação a administradores públicos acerca de prestação de contas, licitações e outros assuntos correlatos, objetivando aperfeiçoar sua atuação.

Como exemplo, destaca-se a participação do TCU no Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (Forplad/lfes), realizado em Foz do Iguaçu (PR), nos dias 7 e 8.11.2002, com a realização de palestra e debate sobre os indicadores de gestão estabelecidos pela Decisão nº 408/2002 – Plenário/TCU, os quais deverão ser incluídos nos relatórios de gestão das lfes a partir de 2002. O evento contou com a presença de pró-reitores de Planejamento e Administração de 52 lfes, além de representantes do Ministério da Educação e da Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI).

Destaca-se, também, a participação no III Seminário Ética como Instrumento de Gestão, realizado nas dependências da Escola de Administração Fazendária – ESAF, nos dias 11 e 12 de setembro de 2002. O encontro reuniu representantes setoriais da Comissão de Ética Pública, especialistas nacionais e estrangeiros, inclusive da ONU, jornalistas e representantes de ONGs e da Justiça Eleitoral. Nesse encontro, foi enfatizado o estímulo à colaboração entre os diversos órgãos de controle, como o TCU, a Corregedoria-Geral da União, e o Ministério Público Federal, lembrando a importância desses órgãos para o fortalecimento da ética como instrumento de gestão.

### **2.3.3. Sociedade**

Para bem cumprir sua função de prevenir desvios, responsabilizar maus gestores públicos e combater a corrupção, em todos os níveis, o TCU tem investido na parceria com a sociedade. Por estar mais próxima da ocorrência dos fatos, ela tem condições de identificar mais prontamente a incidência de irregularidades e denunciá-las aos órgãos competentes. Isso é o que se denomina de controle social.

A participação do TCU no programa A Voz do Brasil é um dos canais de aproximação com a sociedade. Divulgou-se para os ouvintes informações sobre: importância do controle exercido pelo cidadão; funcionamento e competências do Tribunal; principais trabalhos desenvolvidos; resultados, mesmo que em certa medida potenciais, de fiscalizações; iniciativas de cunho administrativo e de gestão, que evidenciam o empenho de modernização e de busca pela efetividade empreendido por esta Corte nos últimos anos.

Outros instrumentos utilizados para facilitar o acesso às informações relativas às atividades do Tribunal foram: os relatórios institucionais, a Revista do TCU, a *home page* na internet, a publicação Auditorias do Tribunal de Contas da União, a edição do periódico semanal Informativo TCU, o serviço de atendimento ao cidadão pela internet e a instituição da série Sumários Executivos, com a publicação dos volumes: Avaliação do TCU sobre as ações de monitoramento e prevenção da mortalidade materna; Avaliação do TCU sobre as ações de atendimento à pessoa idosa; Avaliação do TCU sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Avaliação do Programa Irrigação e Drenagem; Avaliação do Programa Nacional Biblioteca da Escola; Avaliação do TCU sobre as ações de detecção e correção de problemas visuais; Avaliação do Programa de Saúde da Família.

Ainda com o intuito de promover a aproximação com a sociedade, o Tribunal recebeu, em novembro, alunos do Centro de Ensino Médio Asa Norte (Cean). Os estudantes vieram apreciar a exposição Rui Barbosa, em homenagem aos 112 anos do aniversário do Tribunal, e assistir à sessão no plenário. O objetivo da visita foi mostrar aos alunos como funciona o Tribunal, além de uma oportunidade para apreciarem as obras de Rui Barbosa.

Adicionalmente, em novembro de 2002, o TCU, representado por seu Presidente, participou do programa Fórum Debate, da TV Justiça, que contou também com a presença da Corregedora-Geral da União, à época, Anadyr de Mendonça, onde realizou-se avaliação dos modelos de controle interno e externo da administração pública.

### **2.3.4. Outras Instituições**

Destacam-se, a seguir, ações de cooperação técnica com órgãos e entidades nacionais e estrangeiros, especialmente aqueles dedicados ao controle de despesas públicas, com o objetivo de aprimorar técnicas de fiscalização, bem

como, no caso dos tribunais de contas dos estados, dos municípios e das entidades de fiscalização superior, desenvolver ações conjuntas de fiscalização.

- a) Assinatura, com representantes do governo do Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, de acordo de cooperação técnica para aperfeiçoamento do controle externo voltado para programas sociais. O acordo tem como meta intensificar o uso de metodologias de avaliação de programas voltados especialmente para a redução da pobreza e da desigualdade social.
- b) Participação, em março de 2002, da I Reunião do Conselho Diretivo da Organização das Instituições Supremas de Controle da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Reunião do Comitê de Normas de Auditoria da Intosai, realizadas em Portugal.
- c) Recepção, em outubro, na pessoa do presidente em exercício à época, ministro Valmir Campelo, de missão da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), composta pelo diretor de administração e chefe da Divisão de Gerenciamento e Orçamento, Jon Blondal, pela representante do Comitê de Orçamento do Senado Italiano, Chiara Goretti, pelo consultor do Departamento de Orçamento do Ministério das Finanças Dinamarquês, Jens Kristensen, pelo chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Joaquim Levy, e pela assessora Giulia Puttomatti. Durante o encontro, foi abordado o papel e a forma de atuação do TCU no processo orçamentário brasileiro, competências e organização do Tribunal, além de auditorias de natureza operacional, auditorias ambientais, fiscalização de obras públicas e Lei de Responsabilidade Fiscal.
- d) Participação na assembléia da Organização das Instituições Supremas de Controle da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, realizada em Luanda, capital de Angola, na África, nos dias 4 a 9 de novembro de 2002, oportunidade em que coube ao TCU abordar o tema da boa governança e o papel das instituições supremas de controle. Ressaltou-se, durante o encontro, a importância da integração entre os tribunais de contas e o Legislativo, com o objetivo de bloquear verbas orçamentárias para obras públicas com indícios de irregularidades graves, como ocorre no Brasil.
- e) Participação na XII Assembléia Geral da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs), oportunidade em que o TCU assumiu a presidência do comitê técnico coordenador do tema I: "Experiências das entidades fiscalizadoras superiores na fiscalização de obras públicas". O evento foi realizado na cidade do México, em setembro. A escolha do Brasil para presidir o comitê representa o reconhecimento internacional da excelência da metodologia de trabalho utilizada pelo TCU na fiscalização de obras realizadas com recursos públicos.

- f) Promoção, no período de 9 a 20 de setembro, no Instituto Serzedello Corrêa, do V Curso Internacional de Auditoria em Tecnologia da Informação. O evento se insere no âmbito do programa de capacitação anual promovido pela Olacefs – Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores, que congrega as instituições de controle de países da América do Sul e do Caribe e também da Espanha e Portugal. Além de vários auditores do Tribunal de Contas da União, participaram do curso autoridades e servidores daquelas entidades estrangeiras de fiscalização superior. O encontro destinou-se a apresentar a metodologia e as técnicas utilizadas em auditorias de tecnologia da informação pelo Tribunal e a trocar experiências em auditorias dessa espécie.
  
- g) Organização, entre os dias 25 a 29 de novembro, do VII Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (VII Sinaop). Com o tema “O controle de obras públicas a serviço da sociedade”, a abertura da 7ª edição do simpósio foi realizada no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. O simpósio reuniu cerca de 300 técnicos interessados em matérias relacionadas a obras públicas. O TCU foi escolhido para sediar o evento em função do trabalho de fiscalização de obras públicas que vem desenvolvendo para auxiliar o Congresso Nacional na alocação e na liberação de verbas orçamentárias.
  
- h) Participação de analista de controle externo - ACE no curso "Defense Planning and Resource Management", na National Defense University, em Washington, Estados Unidos, onde foi estudada a importância do controle externo para a realização de objetivos em termos de defesa nacional. O curso tratou, ainda, da atuação dos órgãos de controle externo como harmonizadores da política de defesa nacional em relação às demais políticas públicas, com destaque para a posição de imparcialidade de que podem desfrutar os tribunais de contas e controladorias.
  
- i) Realização de palestra sobre a necessidade de cooperação entre o TCU e o Ministério Público Federal para o aperfeiçoamento da fiscalização dos recursos públicos, proferida no mês de dezembro, durante o seminário "A Defesa do Patrimônio Público e Social e a Lei de Improbidade Administrativa", evento promovido pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.
  
- j) Participação no evento Jornada sobre o Controle Público, ocorrido na Argentina, no período de 3 a 5 de dezembro. Na oportunidade foi proferida a palestra: “Experiências comparadas no sistema do Tribunal de Contas”.

### **3. Gestão de Pessoas**

A preparação e a instrumentalização adequada das pessoas para o desempenho de suas funções, assim como a valorização do trabalho, constituem aspectos críticos para o sucesso institucional. Assim, diversas ações voltadas para o desenvolvimento do servidor e para a melhoria da qualidade de vida no trabalho foram implementadas para manter o bom nível de satisfação dos servidores, bem como o aumento de produtividade.

#### **3.1. Sistema de trabalho, quadro de pessoal e remuneração variável**

Para dar maior agilidade aos trabalhos de controle externo, o novo regimento foi aprovado em dezembro último, e entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2003. O Tribunal conta agora com um documento consolidado em que estão presentes regras relativas à competência, jurisdição e funcionamento da Casa, bem como normas processuais e procedimentais que regem os processos no âmbito do TCU. Um dos princípios que orientou a elaboração do novo regimento foi a agilização dos trabalhos, mediante a simplificação e racionalização de procedimentos.

A reformulação no sistema de trabalho do Tribunal, com a criação das Secretarias-Adjuntas de Contas e de Fiscalização e das secretarias especializadas propiciaram maior otimização do desempenho do TCU e facilitaram o inter-relacionamento e as parcerias internas entre áreas e unidades do Tribunal, assim como o estabelecimento de metas. O reflexo dessas parcerias e iniciativas pode ser percebido no desempenho institucional e no grau de alcance das metas, conforme item 4.2.

A promoção do trabalho em equipe por meio de projeto foi incentivada pela publicação, em junho de 2002, do Manual de Gestão de Projetos do TCU (MGPJ). Tal manual fixa os critérios para a constituição e funcionamento dos projetos com modelo de gerenciamento baseado em teorias, métodos e ferramentas geralmente aceitos e devidamente ajustados para a realidade do Tribunal.

A integração entre as unidades do Tribunal também foi estimulada por meio da realização de encontros gerenciais e técnicos. Em maio e junho de 2002 foi realizado o 1º encontro técnico da Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), com participação das secretarias da sede. O encontro teve como um de seus objetivos o compartilhamento de práticas bem sucedidas de avaliação de funções de governo.

O quadro de pessoal da Secretaria do TCU prevê 2.120 cargos efetivos, dos quais 2.018 estavam ocupados em dezembro de 2002, distribuídos conforme demonstrado no quadro nº 12, a seguir.

Quadro 12  
Quadro de pessoal do Tribunal

<i>Categoria Funcional</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Ocupados</i>
Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo	1.065	987
Analista de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo	71	67
<b>Subtotal</b>	<b>1.136</b>	<b>1.054</b>
Técnico de Controle Externo – Área de Controle Externo	195	194
Técnico de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo	769	750
<b>Subtotal</b>	<b>964</b>	<b>944</b>
Auxiliar de Controle Externo – Área Serviços Gerais	20	20
<b>Total</b>	<b>2.120</b>	<b>2.018</b>

Em dezembro de 2002, estava em fase final o concurso público para preenchimento de 59 vagas de analista de controle externo, sendo 56 para área de controle externo e 3 para área de apoio técnico e administrativo.

Com o objetivo de garantir que as unidades da Secretaria do Tribunal disponham de recursos humanos suficientes para o cumprimento de suas atribuições, foram adotadas medidas de incentivo à remoção de servidores para unidades técnico-executivas com carência de pessoal. Assim, por meio da Portaria nº 134, de 16.5.2002, foi aberto concurso de remoção extraordinário para a Secretaria de Controle Externo no estado de Rondônia para preenchimento de, inicialmente, duas vagas de analistas de controle externo – área controle externo, com a possibilidade de acréscimo de mais duas vagas, para reposição do quadro de lotação da unidade.

Cumprir destacar a implementação do plano de carreira do TCU, aprovado pela Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001. A lei criou a gratificação de produtividade que começou a ser paga de acordo com o desempenho institucional e profissional de cada servidor. A aprovação do plano de carreira atendeu a antiga reivindicação dos servidores e do próprio TCU.

No período, também foi aprovada a Resolução nº 154, de 04 de dezembro de 2002 que dispôs sobre as atribuições dos cargos e das funções de confiança do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.

Com a preocupação de valorizar nossos talentos internos, foi aprovada a Resolução nº 151, de 28 de agosto de 2002, que dispôs sobre a retribuição aos servidores do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal pela atividade docente

em eventos de treinamento e aperfeiçoamento promovidos pelo Instituto Serzedello Corrêa (ISC).

Graças ao empenho junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para obtenção de crédito suplementar, o Tribunal conseguiu quitar, ainda no exercício de 2002, os passivos referente a URV dos anos de 1994, 1996, 1997, e 1998.

### **3.2. Qualidade de vida no trabalho**

No ano de 2002, o índice de satisfação dos servidores do Tribunal com a instituição alcançou 73%. A partir dos resultados das pesquisas sistemáticas de satisfação, foram implementadas ações para garantir ambiente de trabalho seguro, saudável e propício ao desenvolvimento, ao bem-estar, à motivação e à satisfação dos servidores.

A cessão de espaço, próximo ao edifício sede, para a Associação dos Servidores do Tribunal de Contas da União (ASTCU), propiciou àquela associação a instalação do centro de atividades físicas, o que beneficiou todos os seus associados.

Por meio da Portaria - GP nº 151, de 20 de junho de 2002, foi instituído o Grupo de Valorização do Servidor, com o objetivo de coordenar ações do Programa de Valorização do Servidor. Como parte deste trabalho, foi promovida a Semana de Valorização do Servidor, no período de 21 a 29.10.2002, com variadas atividades educativas, de prevenção de doenças, artísticas e de integração entre os servidores. Destacam-se:

1. palestra com médico psiquiatra Eduardo Aquino, com o tema "Saber viver: o maior desafio da vida – Qualidade de vida – responsabilidade pessoal e organizacional";
2. II Mostra de Talentos do TCU e a V Exposição de Novas Aquisições da Biblioteca;
3. Fórum de Saúde, que incluiu palestras sobre diabetes, hipertensão arterial, a experiência do Grupo de Solidariedade, alimentação e qualidade de vida e promoção da saúde bucal;
4. promoção do "Circuito Vida" durante toda a Semana do Servidor, com o objetivo de avaliar o estado de saúde das autoridades, servidores ativos e inativos, dependentes, beneficiários e outros.

### **3.3. Política de Treinamento e Desenvolvimento**

Em consonância com a estratégia do TCU de desenvolver ações de capacitação e desenvolvimento do corpo técnico para cumprir sua meta de ampliar o esforço de fiscalização, foram implementadas ações dentro do Projeto de Desenvolvimento Profissional de Auditoria (PDPA) que aprimoraram a qualidade do planejamento e da execução das fiscalizações.

As ações de treinamento e desenvolvimento profissional conduzidas pela Escola Nacional e Internacional de Controle e Fiscalização (Enicef), unidade do ISC responsável pela capacitação e aperfeiçoamento do corpo técnico do Tribunal, visaram a oferecer suporte institucional para a melhoria da qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelo Tribunal. No ano de 2002, foram realizados 314 eventos e ofertadas 3.627 vagas, perfazendo carga total de 6.378 horas de treinamento.

O programa de pós-graduação *lato sensu* desenvolvido pelo ISC foi concebido com base nas demandas apresentadas pelas unidades do Tribunal e nas necessidades de desenvolvimento de competências detectadas em trabalhos de prospecção, análise das avaliações do impact<sup>5</sup> e *benchmarking* em outros órgãos da administração pública.

Com o credenciamento do ISC junto ao MEC para ministrar cursos de especialização *lato sensu* e expedir os respectivos certificados, ocorrido no ano de 2001, o Tribunal pode ofertar diretamente o Curso de Pós-Graduação em Controle Externo aos seus servidores. Assim, em setembro de 2002, foi publicada a Portaria nº 199, que autorizou a realização do primeiro curso de pós-graduação em controle externo reconhecido pelo Ministério da Educação.

Um dos principais objetivos do curso é o de permitir que os servidores possam desenvolver monografias e trabalhos nas áreas de auditoria governamental, regulação de serviços públicos, avaliação e análise da gestão pública e outros assuntos de interesse do Tribunal, contribuindo para aumentar o conhecimento, a eficiência, a eficácia e a efetividade do controle externo.

Além da pós-graduação ofertada diretamente pelo ISC, ainda são oferecidos outros cursos em parceria com instituições superiores. Assim, no período de 2002, foram ofertados os seguintes cursos:

- *Pós-Graduação em Auditoria de Obras Públicas*

Este curso, em parceria com a Universidade de Brasília/Finatec, foi ministrado para 38 participantes, finalizado em 19 de setembro de 2002, com 405 horas-aula, distribuídas em dois módulos. O objetivo geral do evento foi contribuir para a capacitação, aprimoramento e especialização do corpo técnico do TCU, na realização de auditorias da obras públicas, assim como de profissionais de engenharia de outros órgãos/entidades, conveniados com o TCU.

- *Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento*

Este evento está sendo oferecido em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, para 34 servidores de diversos setores do TCU, no período de 15 de agosto de 2002 a 15 de agosto de 2003, com 384 horas-aula. O objetivo geral do curso é formar servidores para atuar como catalisadores de

---

<sup>5</sup> Sistema responsável pela avaliação do treinamento do ISC.

futuros projetos institucionais que envolvam práticas de gestão do conhecimento e incentivar a formação de massa crítica organizacional, bem como o desenvolvimento de pesquisas em metodologia e ferramentas aplicadas à área.

- *Pós-Graduação em Gestão Corporativa*

Este curso foi programado no segundo semestre de 2001, em atendimento a demanda específica da Secretaria-Geral de Administração (Segedam), e conta com 33 servidores matriculados. O ICAT/AEUDF é a instituição responsável pela realização do evento. Até dezembro de 2002, haviam sido ministradas 372 h/aula, que representa 84,54% da carga horária total do curso.

- *Pós-Graduação em Gestão de Logística*

Também concebido em função de demanda de servidores da Segedam e realizado pelo ICAT/AEUDF, conta com 36 alunos, a maioria lotada na Segedam, um no ISC e um na Consultoria Jurídica. Teve início em novembro de 2001. Até dezembro de 2002, haviam sido ministradas 356 h/aula, que representam 81% da carga horária total do curso.

## **4. Estratégias e Planos**

A consolidação do Sistema de Planejamento e Gestão do Tribunal garante a continuidade administrativa e a racionalidade na gestão de recursos. Esse sistema fundamenta-se nos princípios da identificação e prevenção de problemas e na visão de longo alcance como estratégias para o progressivo desenvolvimento da organização. A promoção de práticas gerenciais voltadas para a obtenção de resultados garantem tempestividade e eficácia às ações de controle externo.

### **4.1. Revisão do Plano Estratégico**

Fiel ao princípio de que o processo de planejamento estratégico pressupõe a existência de ciclos contínuos, que permitam à organização buscar, permanentemente, as melhores estratégias para atingir resultados de curto, médio e longo prazos, o XXIV Encontro de Dirigentes do TCU, ocorrido em outubro de 2002, teve como principais objetivos rever o plano estratégico do Tribunal, aprovado pela Portaria nº 269, de 31 de agosto de 1999, de modo a compatibilizá-lo à nova realidade de atuação desta Corte e com as constantes mudanças dos ambientes interno e externo e discutir as diretrizes de 2003.

Resultado de ampla discussão conduzida com autoridades, dirigentes e servidores, a revisão do Plano Estratégico contempla as principais orientações corporativas do Tribunal para o período de 2003 a 2007. É composto de cinco

objetivos estratégicos, que constituem o elo entre as diretrizes do Tribunal e sua missão, dando foco às prioridades norteadoras de suas ações, e de dez estratégias para alcançá-los. Os objetivos estratégicos definidos para o TCU foram:

1. cumprir com tempestividade e qualidade as competências do TCU;
2. fortalecer o relacionamento com a sociedade, órgãos públicos, Congresso Nacional e a mídia;
3. combater a corrupção, o desvio e a fraude na gestão dos recursos públicos federais;
4. contribuir para a melhoria da prestação do serviço público;
5. aprimorar política interna de gestão de pessoas.

#### **4.2. Diretrizes de 2002**

O Plano de Diretrizes para 2002 priorizou a alocação dos recursos em quatro diretrizes essenciais:

1. aumentar o número de processos julgados ou apreciados de forma conclusiva;
2. ampliar o esforço de fiscalização;
3. desenvolver esforços no sentido de manter o nível de satisfação dos servidores com o clima organizacional e o ambiente de trabalho;
4. ampliar o conhecimento e o reconhecimento do TCU perante a sociedade e a mídia.

As metas definidas para 2002 para a implementação dessas diretrizes foram bastante audaciosas: tencionava-se dobrar o número de atos de admissão e de concessão apreciados; reduzir, ainda mais, o tempo médio de apreciação das solicitações do Congresso Nacional; incrementar o quantitativo de processos a serem julgados ou apreciados de forma conclusiva; e aumentar em mais de 40% o número de obras a serem fiscalizadas para subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Como consequência da contribuição e do empenho dos servidores do Tribunal, da implantação de política de avaliação de desempenho, bem como da adoção de medidas que priorizaram maior eficiência na análise de processos, o Tribunal conseguiu obter bom nível de alcance das metas, com especial destaque

para as metas relativas à fiscalização de obras, apreciação de atos de pessoal, apreciação de processos em grau de recursos e fiscalizações realizadas.

Os principais resultados estão sintetizados no quadro nº 13 e no gráfico nº 8 adiante apresentados.

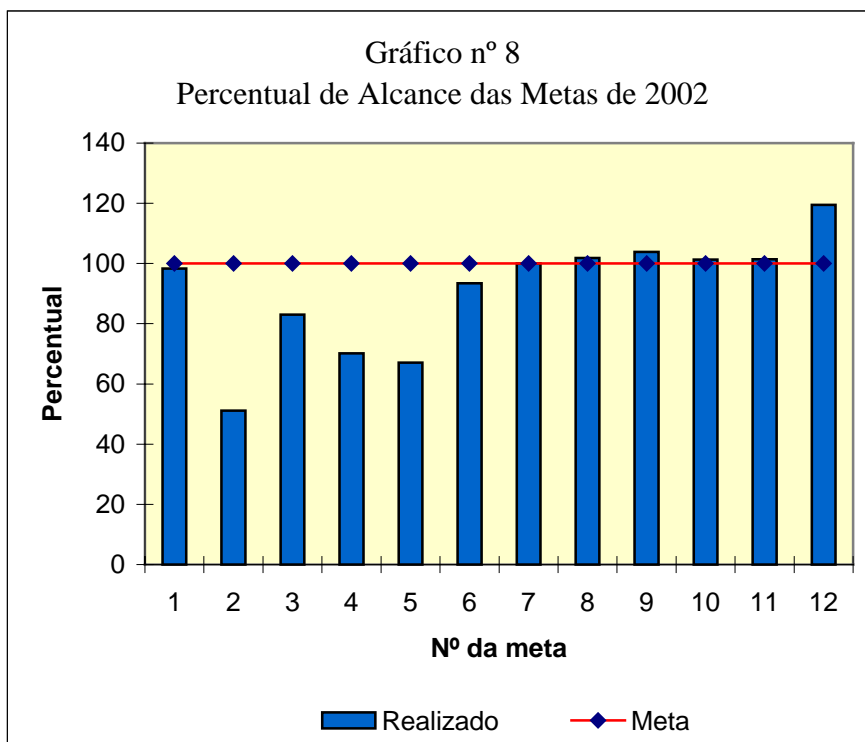
Quadro nº 13  
Metas do TCU em 2002

Nº de Ordem	INDICADOR	META	EXECUTADO	%
1	Processos julgados ou apreciados de forma conclusiva	8.500	8.355	98,29
2	Processos de contas de 2000 julgados <sup>(1)</sup>	262	134	51,15
3	Processos de contas de 2001 julgados	2.461	2.042	82,97
4	Processos de fiscalização de 2000 apreciados <sup>(1)</sup>	151	106	70,20
5	Processos de fiscalização de 2001 apreciados <sup>(1)</sup>	340	228	67,06
6	Processos de fiscalização de 2002 apreciados	490	458	93,47
7	Fiscalizações dos planos de auditoria <sup>(2)</sup>	397	402	101,26
8	Obras fiscalizadas	435	435	100,00
9	Atos de pessoal apreciados	100.000	101.853	101,85
10	Recursos apreciados	1.100	1.142	103,82
11	Índice de satisfação do servidor	72	73	101,39
12	Matérias positivas a respeito do TCU publicadas	1.789	2.137	119,45

Fonte: Sistema GPD

(1) A meta era apreciar 100% dos processos remanescentes;

(2) não inclui obras.



O Quadro nº 14 e o gráfico nº 9, a seguir, mostram a evolução do índice de apreciação de processos, indicador do TCU constante do Plano Plurianual 2000 - 2003 do Governo Federal (PPA). A meta definida para o índice do PPA é de 35% ao final de 2003. Observa-se na tabela que, ao final de 2002, o índice alcançado pelo TCU já havia ultrapassado a meta definida, estando em 45,2%. Esse indicador considera o quantitativo de processos apreciados no exercício em relação ao estoque de processos abertos existente no final do ano anterior mais os processos que se formaram no exercício.

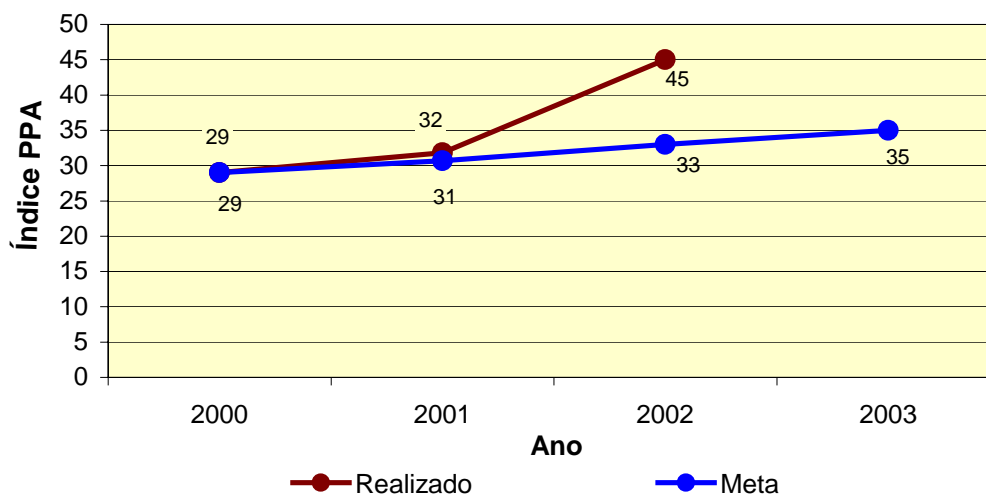
Quadro nº 14  
Índice de apreciação de processos definido no PPA

ITEM	VALORES	
	2001	2002
Processos apreciados no período de 01/01 a 31/12	11.586	14.285
Estoque em 31/12 do ano anterior <sup>(1)</sup>	27.923	21.056
Processos autuados no período de 01/01 a 31/12	8.541	10.515
Índice alcançado <sup>(2)</sup>	31,8%	45,2%

1) Considerados apenas os processos abertos; destes, excluídos os administrativos;

2) Processos apreciados em relação ao estoque do ano anterior mais os processos autuados;

Gráfico nº 9  
Evolução do Índice PPA



### 4.3. Diretrizes para 2003

O processo de elaboração das diretrizes para 2003 iniciou-se com a elaboração de diagnóstico institucional, que considerou as informações colhidas nas reuniões de reflexão realizadas nas diferentes unidades do Tribunal, os resultados da 4ª auto-avaliação institucional e da pesquisa de satisfação do servidor. Os principais resultados apresentados por estes instrumentos de diagnóstico serviram para subsidiar as discussões havidas no Encontro de Dirigentes, ocorrido em outubro de 2002.

Prezando pela continuidade administrativa, foram propostas sete diretrizes básicas que devem pautar as ações do Tribunal de Contas da União no exercício de 2003. As metas propostas são, tanto de caráter eminentemente operacional, que devem nortear as ações rotineiras de todas as unidades do Tribunal, quanto as voltadas para a melhoria da qualidade e para a ampliação da capacidade de resposta por parte do TCU às demandas que se lhe apresentam, conforme as orientações constantes do Plano Estratégico.

As sete diretrizes propostas foram:

1. apreciar de forma conclusiva 8.000 processos de controle externo, excluídos os relativos a pessoal;
2. incrementar a qualidade das fiscalizações, mantendo o esforço de fiscalização e priorizando áreas de maior significância;
3. apreciar de forma conclusiva, até o final de 2003, 75.000 atos de pessoal;
4. melhorar a tempestividade, a qualidade e a efetividade das ações de controle externo;
5. aprimorar a política interna de gestão de pessoas;
6. aperfeiçoar os serviços de apoio e administrativo;
7. fortalecer o relacionamento com a sociedade, órgãos públicos, Congresso Nacional e a mídia.

## **5. Recursos Orçamentários e Financeiros**

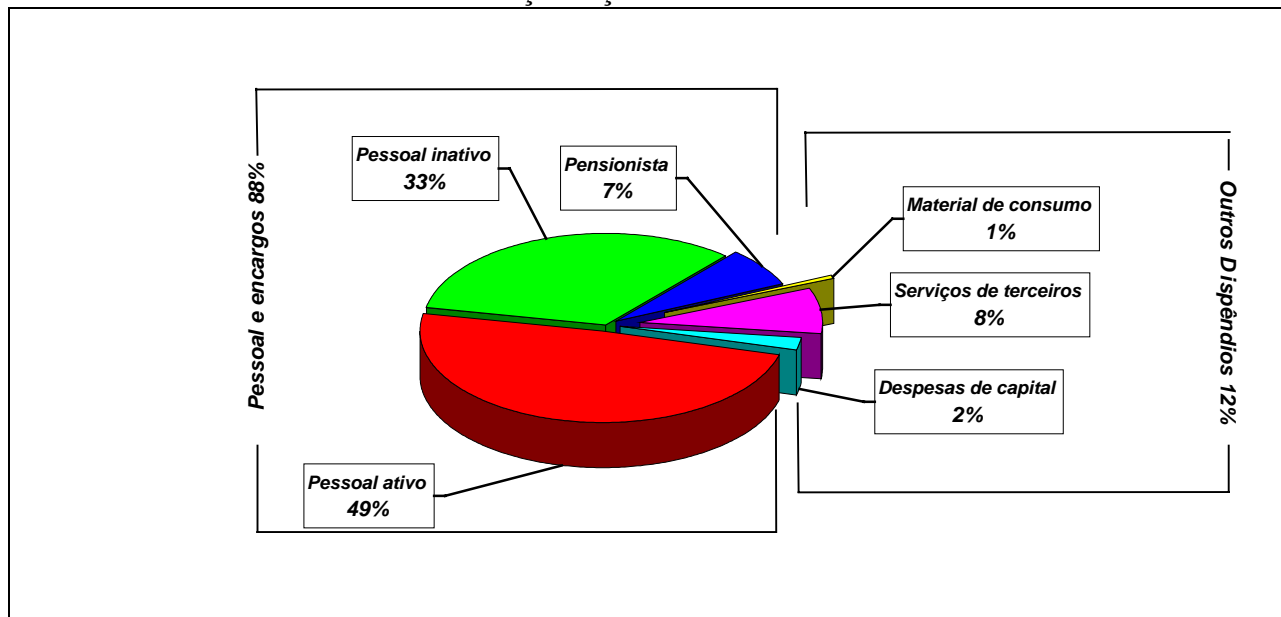
### **5.1. Orçamento de 2002**

O Orçamento Geral da União para o exercício de 2002, aprovado pela Lei nº 10.407, 10 de janeiro de 2002, consignou ao TCU a dotação inicial de R\$ 507.617.565,00, que acrescido de R\$ 75.981.787,00 autorizado por reserva de contingência totalizou o montante de R\$ 583.599.352,00, sendo realizado até 31.12.2002 R\$ 579.312.245,62 (99,26% da dotação orçamentária). A execução do orçamento está demonstrada nos quadros nºs 15 e 16 e representada no gráfico nº 10.

Quadro nº 15  
 Execução orçamentária por natureza da despesa em 2002  
 (em R\$)

<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Dotação</i>	<i>Empenho</i>	<i>Realizado</i>
Despesas Correntes	568.465.352,000	566.424.197,29	566.424.197,29
Juros e encargos	5.000,00		
Pessoal	516.690.337,00	516.690.337,00	516.690.337,00
Ativo	283.602.131,00	283.602.131,00	283.602.131,00
Inativo	192.793.260,51	192.793.260,51	192.793.260,51
Pensionistas	40.294.945,49	40.294.945,49	40.294.945,49
Outros Custeios	51.770.015,00	49.733.860,29	49.733.860,29
Material de Consumo	3.383.992,64	3.378.812,64	3.378.812,64
Serviços de Terceiros	48.386.022,36	46.355.047,65	46.355.047,65
Despesas de Capital	15.134.000,00	12.888.048,33	12.888.048,33
<b>Total</b>	<b>583.599.352,00</b>	<b>579.312.245,62</b>	<b>579.312.245,62</b>

Gráfico nº 10  
 Execução orçamentária em 2002



Quadro nº 16  
Execução orçamentária por projeto e atividade em 2002 (em R\$)

<b>Projeto/Atividade</b>	<b>Dotação (A)</b>	<b>Execução (B)</b>	<b>[(B)/(A)] %</b>
Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	283.602.131,00	283.602.131,00	100,00
Aposentadorias e Pensões	233.088.206,00	233.088.206,00	100,00
Reaparelhamento das Instalações da Sede e das Secex nos Estados	4.432.000,00	2.448.858,52	55,25
Construção de Sedes das SECEX estaduais	20.000,00	0,00	0,00
Modernização da Capacidade Institucional do TCU	200.000,00	0,00	0,00
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	5.000,00	0,00	0,00
Manutenção de Serviços Administrativos	10.791.360,00	10.362.411,01	96,03
Manutenção de Serviços de Transportes	449.300,00	387.236,53	86,19
Manut. e Conservação de Bens Imóveis	12.677.760,00	12.013.872,18	94,76
Ações de Informática	20.031.900,00	19.189.046,24	95,79
Capacitação de Recursos Humanos	1.632.500,00	1.632.500,00	100,00
Contribuição à Intosai	7.275,00	7.275,00	100,00
Contribuição à Olacefs	18.920,00	18.920,00	100,00
Auxílio-alimentação aos servidores	7.636.000,00	7.636.000,00	100,00
Auxílio-transporte aos servidores	66.000,00	22.411,66	33,96
Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados	1.006.000,00	968.377,48	96,26
Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes	7.935.000,00	7.935.000,00	100,00
<b>Total</b>	<b>583.599.352,00</b>	<b>579.312.245,62</b>	<b>99,26</b>

A diferença entre os valores da dotação autorizada e o crédito realizado (R\$ 4.287.106,38) refere-se a crédito disponível (R\$ 2.699.106,38) não utilizado e a crédito indisponível (R\$ 1.588.000,00), bloqueado nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

Do total executado, R\$ 58.051.962,93 referem-se a restos a pagar inscritos para o exercício de 2003.

Em cumprimento ao art. 59, da LRF, o Tribunal exerce o controle dos limites para o endividamento público, dos gastos com pessoal, da definição de metas fiscais anuais, da despesa da seguridade social, dos mecanismos de compensação para despesas de caráter permanente e dos mecanismos para controle das finanças públicas em anos de eleição.

O TCU, embora ente fiscalizador, também se constitui em sujeito passivo dos ditames da LRF. Em 2002, em que pese ao pagamento de passivos trabalhistas, o Tribunal executou despesa líquida com pessoal 0,98% abaixo do limite permitido para o exercício, bem como cumpriu o disposto nos arts. 54 e 55

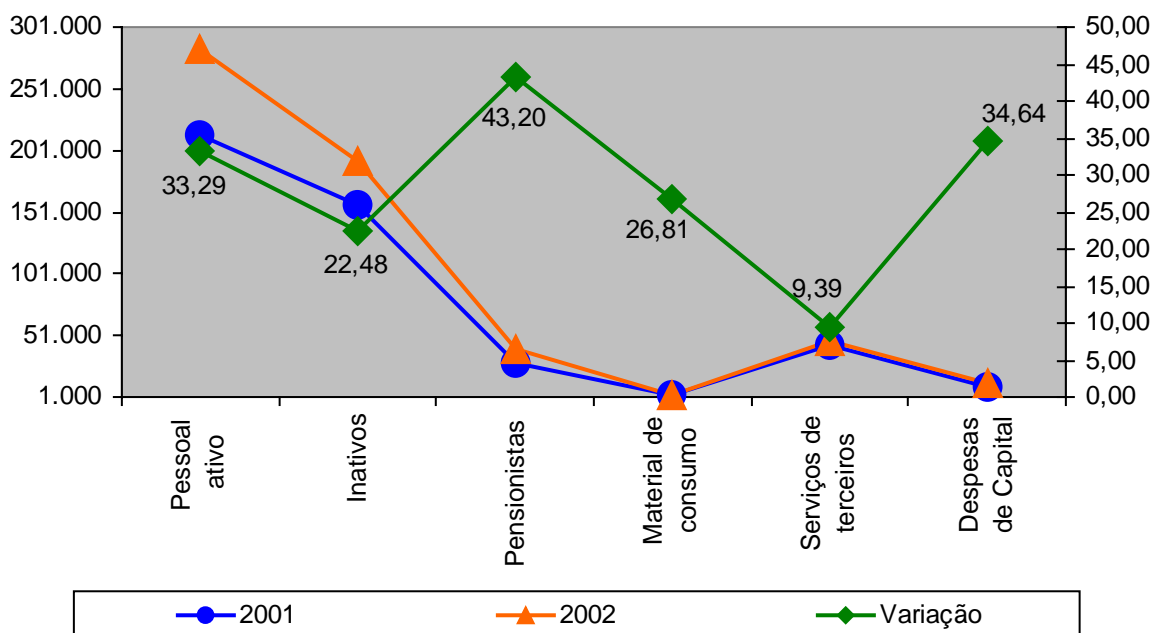
da LRF, fazendo publicar, quadrimestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal no Diário Oficial da União.

Cumprir destacar que, tanto em 2001 quanto em 2002, o incremento de recursos refere-se, em grande parte, às ações na área de informática. O orçamento para este fim, em 2001, foi de R\$ 17.822.950,00 e, em 2002, da ordem de R\$ 20.663.900,00. O quadro nº 17 e o gráfico nº 11 apresentam o comparativo da execução orçamentária de 2001 e 2002.

Quadro nº 17  
Comparativo da execução orçamentária de 2001 e 2002  
(em R\$)

Natureza da Despesa	Realizado		Variação B/A
	2001(A)	2002(B)	
Despesas Correntes	443.362.264,56	566.424.197,29	27,76
Pessoal	398.320.000,00	516.690.337,00	29,72
Ativo	212.777.000,00	283.602.131,00	33,29
Inativo	157.404.467,25	192.793.260,51	22,48
Pensionistas	28.138.532,75	40.294.945,49	43,20
Outros Custeios	45.042.264,00	49.733.860,29	10,42
Material de Consumo	2.664.465,63	3.378.812,64	26,81
Serviços de Terceiros	42.377.798,93	46.355.047,65	9,39
Despesas de Capital	9.572.322,96	12.888.048,33	34,64
<b>Total</b>	<b>452.934.587,52</b>	<b>579.312.245,62</b>	<b>27,90</b>

Gráfico nº 11  
Comparativo da execução orçamentária 2001 e 2002 (em R\$)



## 5.2. Proposta orçamentária para 2003

A proposta orçamentária do TCU para o exercício de 2003 foi elaborada obedecendo às orientações emanadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que definiu limites orçamentários totais de R\$ 560.105.480,00, sendo R\$ 475.520.480,00 para pessoal e encargos sociais e R\$ 84.585.000,00 para outras despesas correntes.

Em decorrência de intervenções junto à Secretaria de Orçamento Federal, o TCU obteve acréscimo de R\$ 8.480.000,00, fato que viabilizou a destinação de recursos para o projeto de modernização do TCU, e de R\$ 34.636.608,00 para Pessoal e Encargos Sociais, que possibilitou o aporte para a implementação integral do Plano de Carreira dos Servidores do TCU.

Além disso foi acrescido à proposta do TCU, pela Secretaria de Orçamento Federal, o valor de R\$ 133.112,00, referente à variação cambial no cálculo dos juros e encargos da dívida.

O valor final da proposta orçamentária do TCU para o exercício de 2003 foi de R\$ 603.620.726,00, sendo R\$ 510.184.088,00 para pessoal, R\$ 71.927.273,00 para outras despesas correntes, R\$ 21.137.727,00 para despesas de capital e R\$ 371.638,00 para juros e encargos da dívida. Esse valor representou acréscimo de pouco mais de 3% em relação à dotação de 2002.

A referida proposta orçamentária foi apreciada pelo plenário do TCU em sessão extraordinária de caráter reservado realizada em 14 de agosto de 2002, sendo aprovada por unanimidade.

## 5.3. Racionalização de custos administrativos

A estratégia de contenção de gastos adotada pelo TCU ao longo do exercício de 2002 proporcionou economia de R\$ 3.726.968,75. Contribuíram para tanto as seguintes medidas:

- a) passagens aéreas: racionalização de gastos com passagens aéreas, resultando economia anual de R\$ 237.344,80 com a utilização de tarifas promocionais. Em termos relativos, 93% dos bilhetes de passagens aéreas emitidas em 2002 para o TCU foram com tarifa promocional;
- b) energia elétrica: redução de 53% no consumo de energia elétrica do TCU (sede), em uma meta estipulada de 17,5%, tendo por referência o exercício de 2000; e 6,21% em relação ao consumo de 2001, a partir da otimização do uso de equipamentos e racionalização da iluminação, o que resultou em uma economia, em valores atualizados, de R\$ 22.012,00;
- c) contratação de serviços e aquisição de materiais: comparação do valor estimado de preço de mercado com o valor efetivamente contratado

durante procedimentos licitatórios, gerando redução de custo no montante de R\$ 3.467.611,95 na aquisição de bens e contratação de serviços, resultando economia média anual de 14,41%.

## 6. Tecnologia da Informação

No campo da tecnologia da informação, o TCU passou a contar com moderna rede de computadores. Novos sistemas eletrônicos foram desenvolvidos para o controle externo. Cada analista desta Casa passou a dispor de um microcomputador para trabalhar. A integração com os sistemas eletrônicos do Governo Federal foi ampliada. Muitos procedimentos de controle, particularmente na área de fiscalização de despesas de pessoal, foram automatizados.

A qualidade e a quantidade da informação em uso no Tribunal hoje, em muito, é superior ao que se utilizava há poucos anos. Isso permitiu ao corpo técnico do TCU agir com maior prontidão e correção, direcionando ações para atividades eminentemente intelectuais, restando aos computadores tarefas repetitivas e rotineiras.

Destacam-se as seguintes ações nessa área:

1. implementação de sistemática no processo licitatório que permite à Comissão Permanente de Licitações publicar, na *home page* do TCU, os avisos de licitação, resultado do julgamento e outras informações relevantes acerca do assunto. Além disso, os licitantes podem copiar os editais de licitação após registrar no sistema seus dados cadastrais;
2. instalação de aproximadamente 400 novos microcomputadores com sistema operacional Windows 2000 Professional;
3. instalação de 6 novos servidores de rede e reorganização de cabeamento de rede nos edifícios sede e anexos, para ampliar a velocidade de acesso à rede dessas localidades;
4. instalação do módulo cadastrador parcial do sigaweb que possibilita o acesso de servidores de outros órgãos da administração pública aos sistemas do TCU;
5. implantação de novas versões dos sistemas Fiscalis e Fiscobras e elaboração do relatório de fiscalização de obras de 2002, juntamente com CD-ROM, encaminhados ao Congresso Nacional;
6. implantação do sistema Sipad (Sistema Provisório de Avaliação de Desempenho);
7. construção de base de informações gerenciais Sinergia (Sistema de Indicadores Estatísticos e Relatórios Gerenciais) oriundas dos sistemas Radar e Fiscalis, utilizando o software Business Objects;

8. implantação na Internet de consulta à lista de responsáveis por contas julgadas irregulares;
9. implementação de novas funcionalidades e melhorias nos sistemas Radar e Débito e implantação de uma nova versão do sistema PUSH para os processos do TCU, que possibilitou alteração no cadastro de pessoas interessadas em processos e o envio de mensagem referente ao andamento de processos para celular da Telebrasil e da Americel;
10. implantação do serviço de “call center” para suporte técnico, podendo ser feito por meio do telefone 0800;
11. instalação de novos servidores de correio eletrônico de arquivos na Sede e no ISC;
12. implementação da versão 4 do sistema Débito, trazendo opção para atualização on-line da série histórica do IPCA, possibilitando realizar cálculo on-line pela internet e inserção de uma tela de consulta à tabela de índice.

## **7. Conclusão**

As várias medidas de melhoria descritas nos módulos de gestão de pessoas, sistema de planejamento, orçamento e tecnologia da informação, estão direcionadas para a implantação da gestão por resultados no TCU.

A consequência foi que, em 2002, o TCU logrou avanços significativos com ações de controle externo voltadas ao interesse social. Em termos de desempenho institucional, aumentou em 36 % o número de obras fiscalizadas, incrementou em mais de 40% o número de recursos apreciados e em 104% o quantitativo de atos de admissão e concessão apreciados. O total de processos apreciados superou em 18% o quantitativo verificado em 2001.

Com tais resultados, o Tribunal contribuiu para a melhoria da qualidade de serviços públicos prestados à comunidade e para a redução de irregularidades na execução de programas governamentais.

Ainda que o ritmo de alguns avanços seja mais lento do que as expectativas da sociedade, há convicção de que estamos no caminho mais adequado.

Fica a expectativa de consolidação dessa cultura de gestão por resultados que se forma no TCU, para que essa instituição centenária contribua, cada vez mais, para o aperfeiçoamento da administração pública e para o desenvolvimento de nosso País.





## TCU - Perfil

**Negócio:** controle externo da administração pública e da gestão dos recursos públicos federais.

**Missão:** assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade.

**Visão:** ser instituição de excelência no controle e contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública.

Instituição centenária nascida dos ideais republicanos de igualdade, moralidade e impessoalidade, o TCU é órgão técnico responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta.

**Valores:** ética, efetividade, independência, justiça e profissionalismo.

### Instrumentos de controle:

- levantamentos, auditorias, inspeções, acompanhamentos e monitoramentos;
- exame de contas;
- denúncias, representações e consultas.

### Perfil dos colaboradores:

Categoria Funcional	Efetivo	Cargos Ocupados
Analista de Controle Externo	1.136	1.128
Técnico de Controle Externo	964	931
Auxiliar de Controle Externo	20	18
<b>Total</b>	<b>2.120</b>	<b>2.077</b>

### Desafios:

Os principais desafios postos ao TCU hoje consistem em ampliar a tempestividade e a rapidez de resposta aos anseios e demandas da sociedade e do Congresso Nacional; contribuir para o contínuo aperfeiçoamento da gestão pública; consolidar e difundir a importância do controle social; e avaliar a regularidade, efetividade e economicidade da prestação dos serviços públicos.